

Os EUA decidem não prorrogar concessão de crédito à Argentina

do Financial Times

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está continuando a negociar com a Argentina sobre medidas de política econômica que esse país precisará adotar para se qualificar à obtenção de um crédito do Fundo enquanto o governo norte-americano anunciou na sexta-feira que não prorrogaria o prazo de seu compromisso de conceder um empréstimo-ponte de US\$ 300 milhões aos argentinos. Mas, o Tesouro norte-americano informou que considerará a concessão de um novo empréstimo quando a Argentina chegar a um acordo com o FMI sobre o programa de ajuste de sua economia.

A posição do governo norte-americano foi apunciada após o fechamento da Wall Street por se temer que a notícia desestabilizaria os mercados financeiros.

A decisão representa novo revés para os esforços internacionais destinados a encontrar meios de assegurar que a Argentina possa pagar os juros de sua dívida externa de US\$ 43,6 bilhões — a terceira maior da América Latina. E ocorre depois de uma disputa pública nesta semana entre a Argentina e o FMI sobre a necessidade de reduções nos salários reais para bairar a inflação, agora no nível de 570%.

BANCOS NÃO RECEBEM

Enquanto as relações com seus credores internacionais pioravam, a Argentina também comunicou ontem aos bancos comerciais que não poderia reembolsar US\$ 750 milhões vencidos ontem, relativos a um empréstimo-ponte concedido pelos bancos no ano passado. Os principais bancos credores estavam reunidos em Nova York para discutir a situação, mas o empréstimo está sendo "rolado" diariamente.

Os problemas da Argentina intensificaram-se na semana passada depois que o governo do presidente Raúl Alfonsín enviou uma carta de intenção unilateral ao FMI afirmando que não recuaría dos planos para um aumento real dos salários de 6 a 8% neste ano.

Falando ontem em Baltimore, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Board (Fed, o banco central norte-americano), disse que a Argentina "precisa de um programa do FMI

para estabilizar sua própria situação". As prioridades deveriam ser o estabelecimento de expansão de longo prazo que restaurasse a confiança, ajudasse a restringir a fuga de capital e reduzisse a inflação, disse Volcker.

O próprio FMI negou-se a comentar publicamente sua disputa com a Argentina, mas acredita-se que tenha informado a Bernardo Grinspun, o ministro da Economia argentino, que suas portas estão sempre abertas para novas discussões.

Os banqueiros disseram que estudariam cuidadosamente a declaração do Tesouro norte-americano para encontrar qualquer sinal de como e quando as diferenças entre a Argentina e o FMI poderiam ser eliminadas.

NOVO RISCO

A curto prazo, os bancos credores agora precisam decidir como tratar dos pagamentos de juros vencidos da Argentina. A Argentina não pagou nenhum juro na maioria da dívida externa de seu setor público desde 2 de janeiro e, a não ser que os pagamentos em atraso sejam pelo menos parcialmente completados até 30 de junho, os bancos norte-americanos terão de declarar seus empréstimos como "em liquidação" (non-performing). Isto provocará grande redução de seus lucros do segundo trimestre.

Esquemas provisórios foram montados para lidar com esse problema, mas dependem de um acordo

que está sendo negociado com o FMI, já que os principais bancos credores, inclusive o Lloyds, teriam de conceder novos créditos.

Os bancos também precisam decidir se vão exigir o reembolso dos US\$ 100 milhões que emprestaram à Argentina em março, ao mesmo tempo em que o Tesouro norte-americano prometeu seu empréstimo-ponte, como parte de um "pacote de emergência" de US\$ 500 milhões para o qual os governos de México, Brasil, Venezuela e Colômbia também contribuíram. Esses países, entretanto, reservaram para si o prazo de 30 de junho para tomar uma decisão sobre nova ação.

PRESSÃO

Enquanto isso, a Argentina deverá sofrer pressão extra-oficial dos outros grandes devedores latino-americanos na conferência sobre dívida externa, marcada para a próxima semana em Cartagena, Colômbia. Outros grandes devedores como o México e o Brasil acham que a recusa argentina de chegar a acordo com o FMI poderia ser um revés para todo o continente, desfazendo seus próprios esforços para restaurar sua credibilidade internacional.

Mas a atitude dos devedores tem ficado em geral muito mais irrequieta neste ano devido à alta das taxas de juros. A taxa-chave dos eurodepósitos à qual grande parte de sua dívida bancária está vinculada subiu cerca de 2% desde janeiro.